

PROBLEMAS DE HISTÓRIA LITERÁRIA E INTERPRETAÇÃO DE ROMANCES^{*}

Márcia Abreu^{**}

Resumo: O artigo tem por objetivo questionar a história literária convencional e propor uma abordagem distinta. Na primeira parte, busca-se mostrar alguns dos limites das histórias literárias tradicionais; na segunda, apresentam-se propostas do que poderia ser feito em uma abordagem plenamente histórica da literatura; e, na terceira, tenta-se colocar essa proposta em prática, alisando *O aniversário de D. Miguel em 1828*, um “romance histórico”, escrito por João Manuel Pereira da Silva, em 1839.

Palavras-chave: Romance. Pereira da Silva. Historiografia literária.

■ Já há alguns anos, um grupo de pesquisadores espalhado pelo mundo tem questionado o modo como se escreve e se ensina a história da literatura¹. Esse esforço de renovação e de adensamento da reflexão sobre a literatura produzida no passado visa compreender e analisar as obras de maneira menos anacrônica e mais conectada com os modos de produção, circulação e recepção dos textos em seu próprio tempo. Este artigo tem o objetivo de participar desse esforço, focando a produção e a leitura de romances no século XIX e, mais especificamente, do “romance histórico” *O aniversário de D. Miguel em 1828*, de João Manuel Pereira da Silva (1839).

* Este trabalho foi realizado com apoio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e do Projeto Temático Fapesp – A circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX.

** Livre-docente em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora na mesma instituição. E-mail: marcia.a.abreu@gmail.com

1 Ver, por exemplo, Chartier (1997, 1998), Lyon-Caen (2003), Mollier (2003) e Souza (2007).

CAPÍTULO DAS NEGATIVAS – O QUE NÃO FAZER QUANDO SE FAZ HISTÓRIA DA LITERATURA

As histórias literárias convencionais se articulam no tripé *autor, obra e contexto*, tomando, em geral, autor e obra como entidades abstratas e imateriais².

Do ponto de vista da história cultural, os *autores* não são seres imateriais, gênios criativos que escrevem tendo compromisso apenas com as musas e com sua própria arte. Eles são homens de letras que, para se firmarem como tal, interagem com editores, revisores, impressores, livreiros, críticos, colegas e desafetos. E que, na maior parte do tempo, se preocupam em obter retorno financeiro de sua produção, mesmo se muitos deles neguem isso veementemente. Como homens de letras, eles interagem com o poder político, especialmente no século XIX, quando, em diversas partes do mundo, se desenvolveram processos de constituição das nações e do sentimento nacional nos quais os letrados tiveram papel ativo e, muitas vezes, decisivo.

Da mesma forma, é difícil pensar em obras abstratas, porque elas só existem materializadas em publicações, ou seja, em livros, revistas e jornais (estes últimos ainda mais esquecidos pelas histórias da literatura convencionais). Para existirem, esses objetos passam por diversas mãos: das que escrevem o texto (e, em alguns casos, o traduzem ou adaptam) às que produzem o livro (o que inclui tipógrafos, revisores e editores). Composto e impresso, o livro passa a circular em livrarias, bibliotecas, gabinetes de leitura, escritórios de jornais e revistas (DARNTON, 1990), chegando às mãos dos leitores que são aqueles a quem toda essa movimentação se destina mas que, curiosamente, são os grandes ausentes das histórias literárias.

Quando se consideram os leitores, quase tudo muda na história da literatura. Em primeiro lugar porque a produção dos autores canônicos, que são o *corpus* da história da literatura convencional, perde quase toda a importância, uma vez que a maior parte deles teve pouca ou nenhuma repercussão em seu próprio tempo. Enquanto isso, muitas histórias da literatura sequer registram a existência dos livros que atraíram o interesse dos públicos amplos (LYONS, 1990). Considerar as preferências de leitura levaria não apenas a ampliar o *corpus* de obras, mas também a rever a cronologia tradicional, pois o interesse dos leitores permanece constante por períodos incrivelmente longos. Enquanto as histórias literárias se organizam em função de mudanças de paradigma e de propostas estéticas, o interesse dos leitores se mantém estável por décadas ou, até mesmo séculos, como sabem todos os que conhecem as preferências dos leitores oitocentistas por livros como *Aventuras de Telêmaco* ou *D. Quixote*³. Como lembrou Franco Moretti (2003, p. 160), uma história da literatura atenta à leitura e à circulação de livros seria uma “história de *normas*”, uma “configuração menos inovadora, muito ‘mais plana’ do que aquela a que estamos acostumados”.

Os interesses dos leitores por obras oriundas de diferentes partes do mundo (com uma enorme concentração em obras oriundas da França) deveria fazer repensar também a centralidade que a questão nacional ocupa na escrita das histórias literárias. A maior parte delas se fecha sobre um território e examina a produção aí publicada, desconhecendo ou dando pouca relevância aos contatos

2 Estas questões foram também discutidas em Abreu (2008).

3 Sobre as preferências dos leitores oitocentistas ver Abreu (2013b) e Lyons (1990).

externos, exceto quando se trata de articular as obras nacionais a textos canônicos destacados em histórias literárias de outras nações. Isso, em geral, conduz a considerações sobre o “atraso” brasileiro em relação à produção europeia (ou, mais especificamente, francesa). Contrariando essas ideias de atraso e isolamento, o que se percebe quando se consideram as preferências de leitura é a presença, mais ou menos simultânea, das mesmas obras em diferentes locais (ABREU, 2013a).

Isso faz repensar também a ideia de *contexto*, em geral, entendido como uma combinação de considerações sobre economia e política nacionais. Esta concepção de contexto deixa de fora elementos essenciais para a compreensão da literatura. Em primeiro lugar, porque a movimentação literária e cultural não se restringe a um determinado território nacional, havendo sempre intensas trocas transnacionais – tanto quando se pensa nas leituras do grande público quanto quando se consideram as referências estéticas dos letrados e dos profissionais da cultura. Em segundo lugar, porque elementos muito mais cotidianos e miúdos do que as altas articulações políticas ou a grande movimentação econômica afetam de maneira muito mais decisiva a composição e a leitura dos textos.

Na primeira metade do século XIX, por exemplo, o fator de maior relevância no mundo das letras parece ter sido o surgimento dos folhetins, que costuma ser considerado de maneira bastante marginal nas histórias da literatura brasileira. Sua entrada em cena causou alteração significativa nos modos de acesso à ficção e nos interesses dos leitores tanto na Europa como no Brasil, fazendo com que eles se voltassem avidamente para as produções contemporâneas depois de terem se mantido ligados, por décadas, a um restrito conjunto de livros relativamente antigos. O sucesso dos folhetins e, especialmente, de determinadas obras veiculadas nos rodapés dos jornais afetava também os escritores que, em geral, estavam atentos aos interesses do público, seja no intuito de atendê-los ou contrariá-los. Os folhetins modificaram a forma de composição dos textos, não apenas do ponto de vista das escolhas formais e temáticas, mas também do ritmo de escrita e das pressões exercidas sobre os escritores que passavam a conhecer a reação do público ao mesmo tempo em que compunham suas obras.

O surgimento dos folhetins afeta também outro elemento de contexto que costuma ser pouco considerado nas histórias literárias convencionais: a profissionalização do trabalho do escritor, que passou a contar com mais um elemento no leque de atividades que tinha de desempenhar. Aqueles que desejavam viver do ofício de escrever tentavam aproximar suas narrativas das apresentadas em romances de sucesso, ao mesmo tempo em que sentiam a concorrência dessas obras, publicadas, muitas vezes, em traduções sem pagamento de direito autoral.

Assim, parecem evidentes os limites de uma história literária assentada em uma narrativa cronológica, balizada por momentos de alteração estética, centrada na produção de um conjunto reduzido de obras, compostas por um conjunto ainda mais reduzidos de homens, e explicadas a partir de seu funcionamento textual interno e de suas relações com a política e a economia.

É hora de pensar no que poderia ser diferente.

TRAZENDO OUTROS ELEMENTOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA LITERÁRIA

Uma análise literária plenamente histórica deveria deixar de se centrar apenas na produção dos escritos e nas obras canônicas de determinados territórios nacionais, trazendo para o centro de suas preocupações os interesses dos leitores,

alargando o *corpus*, o território e os agentes considerados. Seria importante também evitar os anacronismos, buscando compreender os textos a partir de critérios e convenções próprios à época de sua primeira circulação.

No caso dos romances da primeira metade do século XIX, isso significa considerar a moral como um critério de avaliação central. Os leitores (que poderiam ser subdivididos, *grosso modo*, em leitores comuns e letrados) estavam convencidos de que a leitura tinha efeitos sobre o comportamento daquele que lê, de modo que um dos quesitos mais presentes na avaliação da qualidade de um romance era a moralidade interna à narrativa e sua capacidade de provocar comportamentos virtuosos nos leitores (ALMEIDA, 2013; MULLER, 2012; DONEGÁ, 2013). É verdade que, na segunda metade do XIX, alguns autores começaram a se recusar a identificar finalidades externas aos textos, centrando seu interesse em aspectos formais. Entretanto, a difusão social dessas ideias no XIX foi pequena e custou a se tornar hegemônica. Por isso, é um anacronismo flagrante olhar para a produção literária da primeira metade do XIX com essa perspectiva, uma vez que todos naquele momento estavam convencidos de que os romances deveriam ter uma finalidade prática: moralizar e instruir, ao mesmo tempo em que deleitassem e emocionassem os leitores (ABREU, 2011).

A atribuição de uma legitimidade externa ganhou novo impulso quando se percebeu a possibilidade de colocar o romance a serviço da construção e difusão de um ideário nacionalista, e isso não apenas em países de independência recente, como o Brasil, mas também por toda a Europa (THIESSE, 2001). Diversos procedimentos foram empregados para associar as narrativas a um projeto nacionalista como, por exemplo, dar destaque às descrições da natureza, particularizando os cenários, incorporar composições populares ou relatar eventos do passado, criando os romances históricos que tanto sucesso fizeram no período.

Isso não significa dizer que a existência de uma justificativa exterior – fosse ela moral ou nacional – eximisse os escritores de preocupações formais. Centenas de textos críticos produzidos até o início do XIX mostram que os letrados julgavam os romances recorrendo a elementos oriundos da retórica, como a elocução (estilo), a invenção, a correção da linguagem, a disposição da matéria (ordem, nexos e dedução), a qualidade das descrições, da construção de personagens e do enredo, que deveria ser verossímil e ter um desenlace interessante, evitando-se os arrastamentos (*longueurs*) (ABREU, 2014). O advento dos folhetins, malvistas pela maior parte dos letrados, mas apreciados pelos públicos amplos, trouxe novos elementos de valorização, como a expectativa de que houvesse incidentes surpreendentes, reviravoltas espetaculares no enredo e cortes nos capítulos que mantivessem acesa a curiosidade dos leitores.

Embora os critérios de avaliação de romances na primeira metade do XIX tenham sido expostos de maneira bastante sumária, o que interessa reter é a ideia de que uma leitura plenamente histórica da literatura deveria reconstituir os critérios de composição e avaliação dos textos na época de sua composição e primeira circulação e examinar as produções a partir desses elementos e não de características próprias a outros tempos. Não há qualquer anacronismo na ideia de julgar a qualidade dos textos, pois os letrados e os leitores comuns o faziam cotidianamente. Mas quem deseja fazer história da literatura deveria ser capaz de identificar e manejar os parâmetros de julgamento próprios à época de primeira circulação dos textos.

Dessa forma, é preciso ter algumas preocupações ao analisar uma obra do passado. Em primeiro lugar, é necessário avaliar a obra a partir da convenção

no interior da qual ela foi gestada, reconstituindo a proposta estética em que foi criada e verificando se sua realização foi bem-sucedida ou não. Para isso, o estudo da primeira recepção crítica é essencial, pois é a partir dela que poderão ser identificados os parâmetros de composição e avaliação dos textos do ponto de vista dos letrados coetâneos.

Entretanto, é também preciso lembrar que propostas estéticas diversas conviviam ou disputavam umas com as outras. Por isso, importa também entender com que obras o texto analisado está em diálogo e a quais se opõe. Isso ajudará a compreender não apenas a crítica da época, mas também a própria criação dos textos, uma vez que permitirá observar as referências e as antirreferências do escritor. Isso significa entender (e apresentar para os leitores de hoje) os ideias de ficção existentes no período e avaliar a boa ou má realização da proposta.

Finalmente, parece importante identificar e compreender o gosto dos públicos amplos, fazendo com que a leitura passe a ser um dos elementos relevantes para a história da literatura. A identificação dos títulos de maior sucesso é tarefa relativamente fácil quando se cruzam as diversas fontes disponíveis, como anúncios de venda de livros e catálogos de livreiros, registros de consulta a obras em bibliotecas e gabinetes, apontamentos sobre posse de livros em inventários, testamentos e leilões. Mais difícil é entender o gosto dos leitores. Porém, a análise dos livros preferidos em certo momento poderá revelar a existência de elementos temáticos ou formais recorrentes, que permitam vislumbrar as causas da eleição de determinados conjuntos de obras.

Sintetizando, a história da literatura deveria se preocupar em identificar quais são as convenções no interior das quais determinada obra foi produzida; identificar o que se considerava como parâmetro de excelência em certa época; verificar quais são os diálogos estabelecidos por determinada obra com outras de seu tempo, a fim de produzir uma análise literária o menos anacrônica possível. Interessa também conhecer e entender as obras de maior difusão social tanto para compreender o gosto dos leitores comuns, como para identificar os livros com os quais os escritores da época negociavam ou com os quais disputavam espaço. Importa perceber a multiplicidade de interesses e gostos numa época, não apenas porque os letrados e os leitores comuns tendem a divergir, mas também porque há cisões no interior do próprio corpo de letrados e de leitores comuns. Finalmente, a análise dos textos deveria considerar o que a história cultural vem discutindo há décadas: a materialidade dos impressos, suas formas de produção e circulação, entendendo que esses são elementos que afetam a constituição dos sentidos que se atribuem aos textos. Ou seja, escrever uma história menos monolítica, parcial e anacrônica do que a história literária tradicional.

UMA PROPOSTA DE LEITURA

Uma pessoa que consulte uma história da literatura tradicional não encontrará qualquer referência a *O aniversário de D. Miguel em 1828*, ou, na melhor hipótese, encontrará uma indicação bibliográfica em uma nota de rodapé. Essas histórias literárias informam que a publicação de romances nacionais principia em 1844, com *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, ou em 1843, com *O filho do pescador*, de Teixeira e Souza. A eleição desse marco temporal faz desaparecer uma série de narrativas publicadas no início do século – e desaparecer não apenas da narrativa histórica, pois não tendo a chancela das histórias

literárias não ingressam no mundo escolar e, não ingressando no mundo escolar, deixam de ser reeditadas, desaparecendo literalmente.

O apagamento das narrativas publicadas anteriormente a *O filho do pescador* ou *A Moreninha* pode derivar de um anacronismo na compreensão do gênero romance (SOARES, 2003). Até a primeira metade do século XIX, não havia uma estabilidade na definição do gênero nem em sua denominação. Chamava-se de romance coisas tão diversas como *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, uma longa narrativa em prosa que revive a *Odisseia* por meio da viagem do filho de Ulisses no enalço do pai, e *O aniversário de D. Miguel em 1828*, composto por apenas seis capítulos distribuídos em 36 páginas. Não obstante sua extensão, o texto recebeu a designação de “romance histórico” em todas as formas de sua primeira circulação. Outro anacronismo pode estar na base do esquecimento desse texto pelas histórias literárias: a expectativa de que obras brasileiras sejam ambientadas no Brasil e tenham como característica marcante a cor local.

Se a história da literatura julgasse as obras no interior da convenção em que foram criadas, perceberia que *O aniversário de D. Miguel em 1828* manipula com destreza elementos caros aos romances históricos e aos folhetins. E, se observasse as obras em circulação em 1839, perceberia que a ambientação local não era um traço marcante, especialmente nos livros de grande penetração entre o público.

A história se passa em 1828, em Lisboa, para onde o narrador conduz os leitores por meio de uma interpelação direta, como costumemente faziam os folhetinistas que buscavam criar uma situação próxima à da interlocução oral, fingindo falar com o leitor a fim de captar sua atenção e mantê-lo interessado na narração. Seguindo a convenção, o início do texto é um chamado ao leitor: “Conheces tu Lisboa, amigo leitor? Viste-a algum dia banhar-se majestosamente no Tejo e o Tejo, como que agradecido, amorosamente recebê-la e docemente beijá-la?”. O autor não poderia se arriscar a perder o leitor, caso sua resposta fosse “não, não conheço”, por isso, conhecendo ou não a cidade, bastaria seguir o narrador para conhecer (ou reconhecer) o lugar: “É para lá que nós marchamos hoje, meu leitor”, diz o narrador antes de fazer uma detalhada apresentação da cidade, descrevendo sua situação geográfica, seu clima, seus monumentos, a índole de seu povo e sua história.

Apresentado o local onde se passará a narrativa, o narrador solta a mão do leitor e entra em cheio na matéria: chega na cidade um jovem, com rosto “melancólico” e fisionomia “nobre” e dirige-se a uma casa. Ao vê-lo, a velha criada que estava à porta da casa não pôde conter o pranto, assim como aconteceu com o pai do rapaz ao vê-lo entrar na sala. Contidos os sentimentos, o pai pergunta: “– Como ousaste vir a Lisboa, infeliz? Para que deixaste lugar seguro e livre para te entregares por esse modo nas mãos dos teus perseguidores?”. Ao ouvir o filho dizer que não podia viver longe da pátria, o pai contesta: “E teus inimigos? E a sentença que contra ti se lavrou? E a dor que vais causar a teu velho pai, a teus parentes? E a vergonha de expirar em um cadafalso, como se foras algum facinoroso?”.

É evidente que o autor domina as técnicas do folhetim, abrindo a narrativa *in media res*: um condenado fugitivo retorna a casa e corre perigo. Mas quem é ele? O que fez para ser condenado? De onde vem? Quem são seus inimigos? Está capturada a curiosidade do leitor que deverá prosseguir a leitura em busca de respostas. Mas elas não chegam rapidamente. Pelo contrário, novas questões se abrem. Era o dia do aniversário do rei D. Miguel e o povo festejava pelas

ruas, mas o rapaz estava furioso, pois, de seu ponto de vista, se comemorava o aniversário de um “déspota” semelhante a Nero ou a Calígula. Indignado com os gritos de “morte aos malhados”, o rapaz declara: “ – já que Portugal desceu ao sepulcro com a liberdade, já que não há honra, não há pundonor, não há sentimento nobre por quem combater, só para ela viverei, ela única me resta”. Essa fala dá pistas sobre a origem política de seus problemas, mas atíça uma nova curiosidade: quem é “ela”, quem é a pessoa por quem o rapaz decide viver?

Nesse momento, a mão de um homem bate sobre o ombro do rapaz que, reconhecendo-o, pergunta: “que me queres, enfim?”, ao que o homem responde: “a tua vida”. O rapaz não se intimida e o desafia para um combate, mas o outro foge do duelo, declarando que não será ele que o matará, pois o moço deverá perecer no cadafalso. Como se vê, novos elementos folhetinescos são convocados: um homem misterioso, uma proposta de duelo, uma ameaça de morte. Nada disso, entretanto, afasta o rapaz de seu propósito: rever sua amada. Termina o primeiro capítulo com uma pergunta: “Marcharia acaso para o cadafalso ou para a ventura?”.

O fim do primeiro capítulo não corresponde ao final do rodapé do jornal, que contém espaço para mais um capítulo, no qual se apresenta “uma jovem e bela senhora”, “que sofria e que chorava...” ao despertar de um sonho em que vira o cadáver de seu amante “dependurado em um cadafalso” enquanto o algoz gritava: “É a cabeça de um infame malhado”. Bela técnica narrativa que enlaça as duas personagens por meio da reiteração de elementos: um rapaz ameaçado de morte na forca busca uma moça que sonha com um rapaz morto na forca. Ele se enfurecera ao ouvir gritos de “morte aos malhados” e, no sonho, o algoz o apresenta como um malhado – que era a denominação dada aos liberais pelos absolutistas partidários de D. Miguel. Ainda não sabemos quem são esses dois jovens, mas entendemos que a perseguição ao rapaz tem motivação política e, sobretudo, entendemos que há um forte vínculo entre os moços, que se amam. Ainda presa na melancolia ocasionada pelo sonho, a moça olha para o fundo do quarto e vê “um homem de bela estatura e que parecia admirá-la”. “Ela sentiu seu coração bater fortemente e a voz lhe faltar” quando ele “lançou-se a seus pés”. “Era Frederico”, diz a última frase do primeiro folhetim.

Está claro o bom manejo da convenção folhetinesca, ainda incipiente não apenas no Brasil como também na Europa. Basta lembrar que haviam se passado apenas três anos desde a publicação do primeiro folhetim pelo editor francês Émile Girardin nos rodapés do periódico *La Presse*, em 1836⁴. A publicação de *O aniversário de D. Miguel em 1828*, primeiro folhetim brasileiro publicado nos jornais, segundo Ilana Heineberg (2004), coloca em xeque uma ideia cara às histórias literárias nacionais que costumam enfatizar o “atraso” com que as “escolas literárias europeias” aportavam no Brasil. No caso dos folhetins, o desenvolvimento na França e no Brasil é praticamente sincrônico se pensarmos que, nos dois primeiros anos, a publicação na França consistia apenas no fatiamento de uma história e não no desenvolvimento de uma técnica narrativa própria. O desenvolvimento do que se chamou de romance folhetinesco foi iniciado, também segundo Ilana Heineberg, com *Le capitaine Paul*, de Alexandre Dumas, publicado em 1838 pelo *Le Siècle*, “o primeiro romance completo, publicado em

4 “Il s’agit de la nouvelle *Patrona Calil* d’Alphonse Royer. Au même moment, Armand Dutacq, ancien associé de Girardin, lance *Le Siècle*, sur des principes identiques à ceux de *La Presse*” (HEINEBERG, 2004).

folhetins, a colocar em funcionamento a técnica do corte de capítulos”⁵ (HEINEBERG, 2004, p. 2). Apenas um ano depois, Pereira da Silva demonstra conhecer a técnica e ser capaz de manejá-la como se viu no início de *O aniversário de D. Miguel em 1828*.

A sincronia entre Brasil e França no contato com os folhetins fica ainda mais patente quando se vê que, no mesmo ano em que a novidade começa a circular na Europa, Justiniano José da Rocha comenta esse tipo de publicação como coisa já bem conhecida pelo público local. Segundo informa Jefferson Cano (2005), em 5 de outubro de 1836, o jornal *O Chronista*, do Rio de Janeiro, publicou uma crítica em que se comentam as características do gênero:

Se por ventura, amigo leitor, entendeis a língua francesa, quando vos vêm às mãos algum periódico francês, quando ansioso desdobrais suas extensas páginas, sede ingênuo, confessai, para onde primeiro se dirigem vossos olhos? [...] quase em fim da página, um grande traço negro mais carregado interrompe vossa vista indagadora, por baixo desse traço, letras maiúsculas que dizem FEUILLETON aparecem radiantes, fascinadoras, feiticeiras. Então dais um suspiro de contentamento, — vosso predileto FEUILLETON é posto de parte, é mimosamente reservado para ser lido com vagar, para ser saboreado a contento, para servir de sobremesa a vosso banquete de leitura (CANO, 2005, p. 1).

Nesse texto, dado à luz poucos meses após o início da publicação dos folhetins na França, Justiniano José da Rocha registra o fascínio que a novidade exercia sobre os leitores, que o reconheciam, inicialmente, por suas características materiais: situado no pé da página, debaixo de um grosso risco, encimado pelo termo “Feuilleton”, ainda sem tradução para o português. Dois anos depois, o nome “Folhetim” surgiria no *Jornal do Commercio* encimando a publicação da primeira narrativa desse tipo traduzida para o português: *Edmundo e sua prima*, de Paul de Kock, iniciada em 4 de janeiro de 1839 e concluída em 12 de janeiro do mesmo ano.

Se os folhetins se difundiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil e na Europa, o mesmo não se pode dizer do romance histórico, que tardou a se disseminar no Brasil. O próprio Pereira da Silva (apud VASCONCELOS, 2008, p. 369), no *Jornal de Debates* de 23 de setembro de 1837, lamentava o desconhecimento do gênero e de seu expoente, Walter Scott:

E se há alguma cousa de que nos espantamos, é que as nossas jovens senhoras, que aquecidas por um clima quente, são dotadas de uma imaginação prodigiosa, e de um puro entusiasmo, não tenham ainda lido os romances desse Homero Escocês, porque ainda se não traduziram na língua portuguesa, aliás tão cheia de maus romances, e de péssimas novelas.

Percebe-se que Pereira da Silva utilizou uma dupla estratégia de valorização dos romances históricos: ele os opôs aos “maus romances” e “péssimas novelas” e os associou à épica ao se referir a Walter Scott como o “Homero Escocês”. Sua lamentação acerca da ausência de traduções logo perderia a razão de ser, pois, no mesmo ano da publicação de sua crítica, tornou-se possível ler várias obras de Scott em português: *Ivanhoé*, *Talisman* e *Os puritanos da Escócia*. Nos anos

5 “Le capitaine Paul, d’Alexandre Dumas, publié en 1838 par Le Siècle, est le premier roman complet, paru en feuilletons, à mettre en œuvre le savoir-faire du découpage”.

seguintes, novas traduções foram publicadas: em 1838, *O misantropo e Quentino Durward*; em 1840, *A formosa donzella de Perth*; em 1842, *Guy Mannering*; em 1844, *A Prisão de Edimburgo e Waverley*.

Observa-se, portanto, que a publicação de *O aniversário de D. Miguel em 1828* ocorre em um momento-chave para a literatura no Brasil, ao ser lançado ao mesmo tempo em que surgiam os folhetins e as primeiras traduções de romances de Walter Scott. Ao compor sua narrativa, Pereira da Silva tentou associar-se a ambos, nomeando sua obra como “romance histórico”, situando-a em período conturbado da história luso-brasileira e empregando fartamente elementos extraídos de narrativas folhetinescas.

Apenas quatro dias depois da publicação do primeiro folhetim traduzido para o *Jornal do Commercio*, saía *O aniversário de D. Miguel em 1828* cujo primeiro capítulo foi publicado no dia 16 de janeiro de 1839. Os leitores tiveram de ter paciência para saber o que aconteceria com Frederico e sua amada Maria, pois a continuação sairia somente cinco dias depois, em 21 de janeiro, quando foram divulgados os capítulos 3 e 4, terminando a narrativa no dia 22, com a publicação dos capítulos 5, 6 e do epílogo.

No dia 21, os leitores acompanharam as eloquentes declarações de amor trocadas entre Frederico e Maria, interrompidas apenas pelo ressurgimento do misterioso homem que ameaçara o rapaz e que vinha em seu encalço liderando um grupo de soldados. Pela conversa entre os jovens, ficamos sabendo que ele era apaixonado por Maria e que perseguia Frederico para livrar-se do rival e para mostrar-se útil a D. Miguel, condenando à morte um opositor, a fim de obter o lugar de Físico-mor do reino. O rapaz foge, disfarçado com o hábito da irmandade a que pertencia o criado de Maria, misturando-se a uma procissão. Perseguido pelo pretendente a Físico-mor, Frederico atira-se no Tejo, tentando escapar a nado, mas é capturado, quando o homem oferece “cem doblas a quem o apanhar”. Frederico é conduzido para o cárcere, onde aguardará a execução de sua sentença de morte.

No folhetim publicado no dia 22, o velho pai de Frederico procura o rei D. Miguel, no baile em comemoração de seu aniversário, e pede misericórdia para o filho. Não a conseguindo, faz eloquente discurso sobre a tirania, postando-se, altivo, à frente do rei que, covarde, esconde-se atrás do pretendente a Físico-mor, ordenando a prisão do velho. No último capítulo, pai e filho estão no cárcere onde ouvem suas sentenças: “Frederico, como conspirador e revolucionário e seu pai como criminoso de lesa-majestade” devem morrer enforcados. Eles recebem a visita de um padre que lhes daria a extrema-unção, mas que, antes disso, ouve a confissão de Frederico. Interessante estratégia narrativa que permite a apresentação dos elementos que faltavam: Frederico e o pretendente a físico-mor, que, nesse momento, descobrimos chamar-se Gomes, estudaram juntos em Coimbra, onde se tornaram bons amigos. Quando retornaram a Lisboa apaixonaram-se pela mesma moça, mas apenas Frederico foi correspondido. Isso tornou Gomes vingativo e o fez tomar o partido de D. Miguel, acusando Frederico de constitucional e fazendo com que ele fosse condenado à morte, embora nada tivesse feito. Terminada a confissão, cumprem-se as sentenças e pai e filho são mortos, diante dos olhos de Gomes, de Maria e “do povo que se apinhava para ver o espetáculo”. O epílogo informa que quando o “exército libertador” entrou em Lisboa, liderado pelo “imortal duque de Bragança” (D. Pedro I), encontrou Maria morta e enterrada em um convento. D. Miguel é expulso de Portugal e

passa a viver na Itália, com Gomes, finalmente nomeado físico-mor “não do reino de Portugal e só sim de D. Miguel”.

É desnecessário comentar a abundância de elementos folhetinescos como o disfarce para a fuga, a perseguição, o triângulo amoroso, a confissão no cárcere, a condenação injusta etc. Entretanto, o desenvolvimento de cada um dos elementos parece prejudicado pela pequena extensão do texto, que faz com que os acontecimentos tenham de ser muito condensados e se precipitem uns sobre os outros. Esses parecem ser defeitos de composição, uma vez que Pereira da Silva não foi capaz de manejar corretamente a invenção e a disposição, para usar termos caros aos críticos da época. Ele dedicou preciosas páginas a um prólogo que consistiu numa detalhada apresentação de Lisboa, desnecessária para a constituição da narrativa, e parece ter ficado sem espaço para a composição do epílogo, em que dá a entender, em um único parágrafo, que D. Miguel foi deposto e mudou-se para a Itália em companhia do Físico-mor. Quando observamos a página do jornal em que a última parte da história foi impressa, percebe-se que a falta de espaço pode ter sido literal e não apenas um problema de distribuição da matéria. O folhetim deveria ocupar o rodapé das páginas 1 e 2 do jornal, distribuindo-se em 4 colunas por página, às quais correspondia um número fixo de caracteres. Tendo ocupado 3 colunas e 1/3 com o último capítulo, Pereira da Silva deve ter se visto diante de uma difícil decisão, uma vez que não se poderia deixar em branco 2/3 de uma coluna. Ele poderia ampliar o sexto capítulo, mas decidiu escrever um curto epílogo, apresentando o destino de três personagens importantes – Maria, Gomes e D. Miguel. Esse me parece ser um exemplo claro de como a materialidade do impresso afeta a composição do texto, pois o escritor é obrigado a utilizar um número fixo de caracteres para contar sua história e, muitas vezes, não sabe de quantos caracteres disporá quando começa a escrever sua narrativa, utilizando, como aconteceu com Pereira da Silva, um espaço que depois se revelaria precioso em um longo e detalhado prólogo.

Esses elementos, sentidos por um leitor de hoje como um problema, não parecem ter sido compreendidos assim em sua época. Ao menos é o que se deduz quando se sabe que, no mesmo ano de 1839, o livro foi impresso sem alteração de um único caractere. Se Pereira da Silva ou seus colegas do *Jornal do Commercio* tivessem entendido que havia um desequilíbrio na narrativa ou que seu andamento estava muito apressado, o escritor poderia ter reformulado o texto, completando informações, ampliando as descrições, desenvolvendo a apresentação do destino das personagens. Entretanto, nada disso aconteceu e o texto foi publicado exatamente da mesma maneira. Isso pode ser explicado pelo fato de os contemporâneos não terem percebido essas características como deficiências do texto, mas também pode ser explicado por uma questão material: a utilização das matrizes de impressão empregadas para compor as páginas do jornal para a impressão do livro. Essa hipótese ganha força quando se coteja o livro e o folhetim e se observa que cada uma das linhas do livro contém os mesmos e exatos caracteres presentes em cada uma das linhas do folhetim. Assim, uma pressão técnica e econômica pode ter interferido novamente sobre a criação, fazendo com que fosse divulgado o texto já composto tipograficamente, sem fazer nenhuma alteração.

Curiosamente, no livreto impresso sobra espaço, pois foi preciso acrescentar uma folha de rosto, com o título, nome do autor, dados de edição etc. A outra metade desta folha, que recobre as páginas do miolo, formou a contracapa do

folheto. Pereira da Silva não se preocupou em ocupá-la, ampliando o epílogo – o que mostra que, do seu ponto de vista, aquele era um final adequado. Mas o editor não perderia um espaço tão precioso e fez publicar ali um pequeno catálogo com as “novellas” que se achavam à venda “na mesma casa”, ou seja, na “TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E COMP. na RUA DO OUVIDOR, N. 65”.

O exame desse catálogo de livros à venda dá indícios importantes sobre as obras com as quais *O aniversário de D. Miguel em 1828* dialogava e permite ver de outra maneira o que, a princípio, pareceriam ser fraquezas do texto. São anunciadas ali histórias muito populares, como a *Historia da Donzela Teodora* ou a *História de Jean de Calais* juntamente com narrativas em circulação desde o período colonial, como *Os rivaes de si mesmos*, *O amor offendido e vingado*, *As amigas rivaes*. As narrativas anunciadas são compostas por textos curtos, centrados em amores desencontrados como os de Maria e Frederico, apresentados sem muito desenvolvimento das cenas e sem detalhamentos de cenário ou de considerações do narrador. Esses livrinhos, extremamente baratos, custavam em média 200 réis (ou seja, pouco mais do que um único exemplar do *Jornal do Commercio*, que custava 160 réis) e frequentavam com assiduidade as páginas dos anúncios de jornais ao longo de décadas, como mostraram as pesquisas de Simone de Souza (2007) e Regiane Mançano (2010).

A convivência da obra de Pereira da Silva com esses livretos, materializada no catálogo de livros aposto aos exemplares da primeira edição, ajuda a compreender sua forma narrativa. Ela parece ser um compósito de uma trama histórica, recheada de elementos próprios ao novíssimo gênero do folhetim e de elementos oriundos de antiquíssimas narrativas populares. Assim, uma leitura não anacrônica desse texto não poderá identificar como defeitos características que fizeram o sucesso de dezenas de narrativas semelhantes tanto no Brasil quanto na Europa.

Resta pensar em como os letrados coetâneos reagiram a esse texto.

No mesmo dia em que era publicada a última parte do folhetim, o jornal *O Despertador* publicava um texto crítico anônimo, denunciando o caráter mentiroso e injurioso do texto. Publicado apenas dez anos após os acontecimentos históricos que relata, o romance de Pereira da Silva tinha entre seus leitores pessoas que haviam participado dos eventos e sentiram-se pessoalmente concernidas com a narrativa ficcional. O crítico de *O Despertador*, declarando-se português e partidário de D. Miguel, aborreceu-se profundamente com o que julgou ser uma “atroz affronta irrogada ao povo portuguez” e denunciou que “o facto historico que lhe serve de base, he absolutamente falso e malignamente inventado para produzir allusões nocivas á nossa publicação”. Como a narrativa ainda não estava concluída e como o nome do pretendente a fisico-mor não havia sido revelado, o crítico especulava sobre a quem seria, no mundo real, a personagem do fisico-mor. Inicialmente, imaginou que pudesse se tratar do verdadeiro fisico-mor de D. Miguel, o barão de Sande. Mas, tendo em vista sua idade, considerou que seria “ridículo figurar hum homem octogenário namorando damas, e perseguindo rivaes”. Considerou, então, que a personagem poderia se referir ao “Dr. José da Gama e Castro, hoje hum dos redactores desta folha”, o que seria “facto ainda mais aleivosamente falso, pois que naquella época nem era physico mór nem tinha valimento ou relação alguma, mesmo indirecta, no paço, nem se achava em Lisboa”.

Percebe-se que o crítico entende a narrativa mais como história do que como romance e busca identificar a pessoa por trás da personagem, lendo o texto como um *roman à clef*. Ele acredita que a publicação da narrativa serve como arma na disputa entre *O Despertador* e o *Jornal do Commercio*, indispondo os leitores contra um periódico que tem como redator um português miguelista: “o fim do *Jornal do Commercio* he indispor a população brasileira e portugueza com *O Despertador* (... e) calumniar o director desta folha”. Revidando o que julga ser um ataque, o crítico declara que “o povo brasileiro sabera bem distinguir qual das duas publicações se occupa mais da prosperidade do imperio”: *O Despertador* “humana empresa essencialmente do paiz, pela nacionalidade e interesse da maior parte daquelles que a fundarão e pelas sympathias de quem a dirige” ou o *Jornal do Commercio*, “que nunca teve outro intuito mais que a cumulação de lucros para ir levar ao estrangeiro”, atacando diretamente o proprietário do jornal, o francês Villeneuve.

No mesmo dia em que esta crítica foi publicada, saiu a última parte da narrativa de Pereira de Silva, na qual se revelava o nome da personagem que almejava o posto de físico-mor – Gomes. Isso fez com que o crítico de *O Despertador* voltasse à carga, dizendo que a partir desse momento não havia mais dúvida sobre o propósito do texto: “Desapparece já toda a duvida de que a calúnia e o aleive se dirigem ao collaborador desta folha Dr. José da Gama e Castro”. E passa à defesa da ação política de Gama e Castro nos acontecimentos da chamada Revolução do Porto, que opôs D. Pedro I e D. Miguel.

O *Jornal do Commercio* não deixou barato e publicou, no dia 24, na primeira página, uma resposta às críticas de *O Despertador*, declarando que o crítico “atribui-nos intenções que nunca tivemos” ao publicar “O aniversário de D. Miguel em 1828”. O redator explicou que, como normalmente acontecia com publicações seriadas, os editores do *Jornal do Commercio* receberam a primeira parte da narrativa sem saber o que viria depois e advertiu que “ahi nem humna palavra havia que pudesse fazer allusão a quem quer que fosse do *Despertador*”. Explicou também que as duas partes finais foram enviadas de uma única vez – o que nos dá pistas sobre a maneira como Pereira da Silva preparou o texto e explica o intervalo grande entre a publicação da primeira parte e das duas últimas. O redator da nota, tendo entendido que todo o problema do crítico de *O Despertador* derivava da identificação do vilão da história, retrucou:

[...] mas sabiamos nós por ventura que o redactor do *Despertador* tivesse aspirado a esse lugar [de físico-mor]? Nós, que nem de vista o conhecemos, que nunca estivemos em Portugal, que não sabemos quem forão as personagens que figurarão nas scenas de horror que ensanguentarão aquelle paiz!...

No entanto, o redator não se faz de rogado e parte para o ataque, criticando a qualidade do jornal adversário e vituperando seus editores e redatores⁶.

Este embate entre os dois jornais deixa evidente que a produção literária, a ação dos escritores e a leitura não são atividades abstratas, imateriais, como se supõe quando se lê uma história da literatura tradicional. Nelas estão envolvidas questões econômicas – neste caso, os lucros dos jornais –, que alimentam questões políticas – neste caso, de cunho nacionalista entre portugueses, brasileiros

6 Parte desta controvérsia é estudada por Cano (2005).

e franceses (quem favorece o Brasil, *O Despertador* miguelista ou o *Jornal do Commercio* que remete seus lucros para a França?). Mais do que isso, a polêmica mostra como a primeira recepção pode passar por lugares inteiramente insuspeitados por um crítico atual que considere apenas as macroquestões econômicas e políticas, esquecendo-se das pequenas rixas do cotidiano.

Este breve exercício de análise tem por objetivo argumentar no sentido de que a história literária convencional perde elementos importantes para uma compreensão verdadeiramente histórica da literatura ao tomar a nacionalidade (do tema, do cenário e do escritor) como elemento definidor de seu *corpus* e ao deixar de considerar a convenção no interior da qual foram produzidos os textos, os diálogos e as rivalidades entre gêneros e entre os escritores, os interesses dos públicos amplos e os critérios que norteavam a recepção dos textos no momento de sua primeira circulação, bem como ao afastar-se de toda consideração sobre a materialidade dos impressos e sobre os interesses financeiros envolvidos na produção de literatura.

PROBLEMS OF LITERARY HISTORY AND INTERPRETATION OF NOVELS

Abstract: *The article aims to question the conventional literary history and propose a different approach. In the first part, it presents some of the limits of traditional literary history; in the second, it proposes what could be done in a fully historical approach to literature; in the third part, we try to put this proposal into effect, analyzing O aniversário de D. Miguel em 1828, a “historical novel” written by João Manuel Pereira da Silva, in 1839.*

Keywords: *Novel. Pereira da Silva. Literary history.*

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Introdução: literatura e história – presença, leitura e escrita de romances. In: ABREU, M. (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2008. p. 11-19.
- ABREU, M. Nos primórdios da crítica – julgamentos literários produzidos pela censura luso-brasileira. In: FIGUEIREDO, C. L. N. de; HOLANDA, S. A. de O.; AUGUSTI, V. (Org.). *Crítica e literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011. p. 197-220.
- ABREU, M. Conectados pela ficção: circulação e leitura de romances entre a Europa e o Brasil. *O Eixo e a Roda: revista de literatura brasileira*, Belo Horizonte, p. 15-40, 2013a.
- ABREU, M. O gosto dos leitores – a recepção de romances como problema para a história literária. In: SALES, G. M. A. et al. *Interpretação do texto, leitura do contexto*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Capes, 2013b. p. 167-187.
- ABREU, M. Uma comunidade letrada transnacional. In: ABREU, M.; MIDORI, M. (Org.). *A circulação transnacional dos impressos: conexões*. Campinas: Publief, 2014.
- ALMEIDA, L. T. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

- CANO, J. Folhetim: literatura, imprensa e a conformação de uma esfera pública no Rio de Janeiro do século XIX. *Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura*, 2005. Disponível em: <<http://ifcs.ufrj.br/~nusc/cano.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.
- CHARTIER, R. Crítica textual e história cultural – o texto e a voz, séculos XVI-XVII. *Leitura: teoria & prática*, Porto Alegre, 1997.
- CHARTIER, R. Histoire et littérature. In: CHARTIER, R. *Au bord de la falaise. L'histoire en certitude et inquietudes*. Paris: Albin Michel, 1998.
- DARNTON, R. O que é a história dos livros? In: DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 109-131.
- DONEGÁ, A. L. *Publicar ficção em meados do século XIX: um estudo das revistas femininas editadas pelos irmãos Laemmert*. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- HEINEBERG, I. *La suite au prochain numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)*. Paris III: Université de la Sorbonne Nouvelle, 2004.
- LYON-CAEN, J. Histoire littéraire et histoire de la lecture. *PUF. Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Paris, v. 103, n. 3, p. 613-623, 2003.
- LYONS, M. Les best-sellers. In: CHARTIER, R.; MARTIN, H.-J. *Histoire de l'édition française*. Paris: Fayard/Promodis, 1990. p. 409-448.
- MANÇANO, R. *Livros à venda: presença de romances em anúncios de jornais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MOLLIER, J.-Y. Histoire culturelle et histoire littéraire. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Paris, v. 103, p. 597-612, jul./set. 2003.
- MORETTI, F. *Atlas do romance europeu*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MULLER, A. C. P. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SILVA, J. M. P. *O aniversário de D. Miguel em 1828: romance histórico*. Rio de Janeiro: Typ. Impr. e Const. de J. Villeneuve e C., 1839.
- SOARES, M. V. Introdução a Pereira da Silva. Os romances modernos e sua influência. *Jornal de Debates*, n. 32, 23 set. 1837. In: *Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 15, 2003.
- SOUZA, R. A. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.
- SOUZA, S. C. M. de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- THIESSE, A.-M. *La création des identités nationales: Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- VASCONCELOS, S. G. T. Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott. In: ABREU, M. *Trajetoórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2008. p. 351-374.

Recebido em março de 2014.

Aprovado em julho de 2014.